



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encontro com representantes da Associação Comercial do Paraná**

**Curitiba-PR, 18 de outubro de 2004**

Meu querido companheiro Roberto Requião, governador do estado do Paraná,

Meu querido Orlando Pessuti, vice-governador do estado do Paraná,  
Senador Flávio Arns,

Deputado doutor Rosinha,

Deputado André Zacharow,

Deputado Hidekazu Takayama,

Minha querida doutora Clair, deputada federal,

Meu caro Cláudio Slaviero, presidente da Associação Comercial do Paraná,

Meu querido companheiro Samek, presidente da Itaipu,

Meus amigos e minhas amigas, diretores e filiados da Associação Comercial do Paraná,

Meus caros empresários aqui presentes,

Deputados,

Vereadores,

Nossos amigos da imprensa,

Eu queria aproveitar as últimas palavras do presidente da Associação Comercial para dizer que é um prazer, uma alegria, saber que sou o primeiro Presidente da República, em mais de 100 anos, a vir a esta Casa.

Eu, aliás, tenho estranhado porque em quase toda a minha agenda, ouço os diretores dizerem que é a primeira vez que um Presidente vai lá. De vez em quando, eu me pergunto aonde os outros presidentes andavam, porque



em todo lugar que eu vou é sempre a primeira vez que vai um Presidente da República.

Quero dizer ao nosso querido governador Requião que, entre 11 de dezembro do ano passado e maio deste ano, nós contratamos quase 5 bilhões de saneamento básico. Isso significa 14 vezes mais do que tudo que foi investido de 1997 a 2002, e significa seis vezes mais do que tudo que foi investido de 1995 a 2002.

Todo mundo sabe que a obra de saneamento básico é uma obra mais demorada, porque entre anunciar a liberação de recursos e a obra começar a ser feita tem todo um processo. E eu fico feliz quando ouço, do governador Requião, a afirmação de que já contratou uma boa parte desses recursos, numa demonstração de que a gente vai ter uma Curitiba ainda melhor, e outras cidades.

Mas eu fico pensando que a maior irresponsabilidade é das pessoas que permitem que o povo ocupe lugares inadequados para morar, no Brasil inteiro. E, aí, a culpa não é do pobre que, muitas vezes, é escorraçado pelo desenvolvimento, ou seja, a cada metro de asfalto o pobre vai sendo tocado, porque ele não pode pagar os tributos, ele vai correndo.

Se tem uma casa num lugar inadequado e tentamos mudar essa casa, é possível mas, quando tem mil, já vira um movimento social praticamente impossível de ser removido. E eu acho que esse é um problema quase insolúvel nos grandes centros urbanos do nosso país: a ocupação desordenada, muitas vezes por irresponsabilidade de políticos que dirigiam a cidade, na época em que as pessoas ocuparam aquilo. O único inocente ali é o pobre coitado que ocupou. E os culpados são aqueles que permitiram que as pessoas ocupassem lugares inadequados, no Brasil inteiro.

E obviamente que fica muito mais caro e muito mais difícil correr atrás de saneamento básico em áreas que não deveriam ser habitadas, mas preservadas.



De qualquer forma, nós temos mais dinheiro do que em qualquer outro momento deste país para o saneamento básico. E é por isso que eu acredito que a construção civil, que passou um bocado de tempo perdendo empregos, perdendo a possibilidade de gerar riquezas neste país – quem é da construção civil, aqui, sabe – vê que as coisas começaram a mudar e a construção civil começa a se recuperar rapidamente.

Recentemente, nós lançamos um programa com a construção civil, e o que eu ouvi das entidades foi que o crédito para a construção civil, na área de habitação, no ano que vem, pode chegar a 13 bilhões de reais e, possivelmente, eles não estejam preparados para ocupar todo esse crédito.

E porque nós estamos fazendo isso? Porque nós achamos que a construção civil é o setor que gera empregos mais rápido, que gera uma mão-de-obra de muito exigência de qualificação, uma parte dessas pessoas que acumulam todas as estatísticas do desemprego.

Mas eu quero, também, dizer aos comerciantes que estão aqui, que nós – e eu acredito – iremos transformar o Brasil no país mais cooperativado do mundo. Esse é um desejo que eu carrego comigo, é um desejo que o governo tem e nós precisamos criar as condições objetivas para que as cooperativas de crédito e as cooperativas de produção possam se organizar. Nós desobstruíamos tudo que criava obstrução no Banco Central, exatamente porque nós achamos que essa é a melhor forma de reduzir a taxa de juros no Brasil para o investimento e para o consumidor brasileiro.

Eu só quero lembrar que, de vez em quando, não sei se vocês repararam, eu não tenho falado de juros. E não tenho falado por um motivo muito simples: a taxa de juros, normalmente, ela é baixa ou é alta de acordo com quem toma o dinheiro emprestado. Se fosse um ex-presidente da associação comercial, teu amigo, pedir para você 100 reais emprestados, certamente você iria emprestar. E como você sabe que ele é um homem de muita credibilidade, ele vai lhe pagar e você iria falar para ele: “olhe, nem juro



você precisa pagar ou, se for pagar, vai pagar um jurinho simbólico aí.” Mas se não fosse ele e fosse um cidadão qualquer que pedisse 100 reais emprestados, certamente, você não emprestaria e, se emprestasse, cobraria uma taxa de juros tão alta que, possivelmente, a taxa Selic fosse uma piada perto da taxa de juros que você iria cobrar

Eu estou dizendo isso apenas para falar o seguinte: obviamente que todos nós queremos que os juros no Brasil sejam os mais baixos possíveis. Mas isso depende muito das condições de credibilidade que este país tem. Quando o governo quer vender um título, quem vai comprar precisa saber se vai receber ou não. E aí é que entra a palavra credibilidade como chave para você começar a reduzir as taxas de juros. Isso vale para o governo, mas vale também numa loja. Obviamente a loja tem a lista do seu bom comprador e a do mau comprador. Para o bom comprador tem uma taxa, tem um tratamento; para o outro, é outra taxa, é outro tratamento. No sistema financeiro brasileiro quem paga, paga por quem não paga. Vocês, quando vão pagar um cartão de crédito ou um cheque especial, vocês estão, simplesmente, pagando por aqueles que não pagam a conta bancária. Então, os honestos pagam por aqueles que não podem pagar.

E nós trabalhamos com a hipótese de que nós vamos fazer esse equilíbrio, porque nós continuamos acreditando que a taxa de juros não pode ser maior do que aquela adquirida por alguém que ganha como resultado da produção. Agora, isso tem que ser construído, isso não é bravata, isso não é discurso, isso tem que ser construído, porque essas coisas têm que ser feitas. E todo mundo, aqui, sabe muito bem do que estou falando, com muita maturidade, muita responsabilidade, com os passos calculados, porque o Brasil não pode mais se dar ao luxo de uma aventura fracassada. Nós já perdemos muitos momentos históricos no nosso país. E nós achamos que não temos o direito de perder outro momento histórico que estamos vivendo. E, venhamos, o momento em que estamos vivendo é o melhor de muitos anos neste país. É o



melhor por quê? Porque nós tomamos como decisão fazer com que as coisas aconteçam com a maior seriedade, cada coisa no seu tempo.

Eu duvido que a indústria brasileira, em algum momento da sua história, já foi tão chamada a participar de debates e a decidir as coisas com o governo como agora. Duvido. Só com as federações das indústrias já fizemos duas reuniões, já criamos um Conselho de Desenvolvimento Industrial e, possivelmente, tenhamos cometido o erro de não ter, ainda, chamado todas as Federações do Comércio do Brasil para fazer o mesmo que nós já fizemos com as indústrias.

E estamos fazendo isso porque acreditamos que esse debate e essa atitude democrática é que vai permitir que a gente construa um país não de um governante, mas um país onde a sociedade se sinta cúmplice das boas decisões que o governo tem tomado. E tem sido assim na maioria das decisões.

Em 18 meses de governo, nós fizemos 12 conferências nacionais, precedidas de conferências estaduais, precedidas de conferências municipais, para decidir quase toda a linha de ação política do governo. Para construir o Plano Plurianual, só de entidades participaram 2.170 entidades.

E porque nós estamos fazendo isso? É engraçado, porque alguns criticavam que isso era “assembleísmo” e, hoje, os mesmos dizem: “Olha, o governo não está governando de forma democrática”, quando o que nós estamos fazendo é exercitar a democracia na sua totalidade, e não meia democracia.

E eu queria dar um número para vocês, que eu acho importante. É a primeira vez que eu venho aqui, possivelmente, vocês se informem de muita coisa do governo pelos jornais, pela imprensa, nem sempre a coisa... Eu, por exemplo, vi você falar da redução da TJLP. Nós não precisamos reduzir a TJLP, esse não é um problema, o que nós precisamos reduzir é o *spread*.



Porque, se você imaginar que a TJLP está 9,75 e que a inflação está 7, você tem 2,75 que não é um juro absurdo, em lugar nenhum. Entretanto, se você tem um *spread* maior, você, então, precisa trabalhar para reduzir o *spread*.

Ao mesmo tempo, eu fico torcendo para que vocês consigam criar dezenas de cooperativas nas associações comerciais pelo Brasil, para que vocês comecem, com atitudes próprias, a fazer com que o sistema financeiro não seja mais a única válvula onde um pequeno empresário vá aportar um pouco de recurso para sobreviver.

E vou dizer uma coisa para vocês: só o crédito agrícola brasileiro e o que o BNDES tem para investimento, da ordem de quase 150 bilhões de reais, é tudo que o sistema financeiro empresta para a produção neste país. Então, significa que o governo não faz mais porque não tem mais para fazer. Mas o que estamos fazendo é igual a tudo que o sistema financeiro brasileiro empresta para a produção no nosso país.

Mas eu queria dar alguns números, presidente, só porque eu não sei quanto tempo eu demorarei para vir aqui, a não ser que seja convidado antes. Mas eu queria lhe dar alguns dados para o povo ter consciência do que eu estou falando.

Antes de eu assumir nós tínhamos, no Brasil, se pegarmos o começo do primeiro mandato do outro governo, nós tínhamos uma inflação de 30,4%, nos primeiros 18 meses. A inflação terminou em 17% nos últimos 18 meses do governo passado. A média anual da inflação foi 9,1 ao mês, acumulando no período 100%. No nosso governo, nos 18 meses, a inflação foi de 13%, ou seja, significa bem menos do que em qualquer período que vocês queiram escolher, dos últimos 8 anos, no Brasil.

Se nós quisermos pegar os dados da cesta básica, no Brasil, que é uma coisa que deputados e senadores gostam muito de debater, então, vamos analisar o quê? Nós vamos analisar que na cesta básica, nos primeiros 18



meses do governo passado, foi de 7,23%; nos últimos 18 meses foi de 39% e no nosso governo foi de apenas 2,8%.

Se nós quisermos pegar a questão do aumento da energia elétrica, nós vamos perceber o quê? No caso da energia elétrica, nos primeiros 18 meses, entre 94 e 95, nós tivemos um aumento de 20,35%; nos últimos 18 meses, em 2001 e 2002, tivemos um aumento de 40,64%. Nos 18 meses do meu governo foi 11%.

Se nós quisermos pegar a questão da telefonia, vamos perceber que, nos primeiros 18 meses do governo passado foi de 114% e nos últimos 18 meses, 19,35%. Nos nossos primeiros 18 meses, 17% de aumento.

Se nós quisermos pegar a questão do emprego, nós vamos perceber que, entre janeiro e agosto deste ano – o número do CAGED sai amanhã – nós vamos criar, aproximadamente, mais de 1 milhão e 600 mil novos empregos com carteira profissional assinada, que é o maior índice desde 1992, no nosso país. Portanto, em oito meses, nós estamos batendo, em cada mês, recordes de todos os empregos com carteira assinada criados no Brasil desde 1992.

E você sabe, Governador, que o emprego e a corrupção são duas coisas interessantes: quanto mais você combate a corrupção, mais aparece corrupção no jornal; quanto mais emprego você gera, quanto mais a economia está bem, mais aparece gente nova procurando o mercado de trabalho. Esse é um dado que, eu acho, de vez em quando positivo, porque a economia cresce. Os dados estão aí, publicados por vocês e não por mim. Os dados das indústrias têm demonstrado que o nosso crescimento não é apenas por conta das exportações. As exportações são uma coisa maravilhosa e nós queremos chegar aos 100 bilhões, eu quero estourar um champanhe na minha sala quando chegarmos a 100 bilhões de dólares. Teve gente que fez críticas pelo fato de eu viajar. E eu tomei a decisão de viajar porque resolvi que o Brasil deveria se apresentar no exterior de cabeça erguida, altivo, e não como um país subordinado, achando que tinha que depender apenas da relação com os



Estados Unidos e com a União Européia, que são os nossos dois principais parceiros.

Mas que o mundo é muito maior, tem muito mais espaços para que nós possamos crescer. E foi por isso que eu visitei 48 países, nos primeiros 20 meses de governo. E em cada país que eu visitei, as nossas exportações cresceram acima de 30%. Na América do Sul, cresceu 78%. Falava-se em integração da América do Sul, mas todo governante brasileiro ficava de costas para a América do Sul, olhando para a Europa e para os Estados Unidos. Nós resolvemos, primeiro, olhar o nosso quintal, cuidar do nosso terreiro, cuidar da nossa gente, cuidar de quem está próximo, para quando falarmos em integração, falarmos de integração verdadeira. Não é possível ter integração na América do Sul se não tiver estradas, se não tiver telecomunicações, se não tiver hidrovias, se não tiver ferrovias, se não tiver portos e aeroportos. Então, é preciso construir essa política de confiança para que a gente possa crescer.

Quem é árabe, sabe que aqui, as nossas exportações cresceram 50% depois que nós passamos pelo Oriente Médio. A nossa exportação cresceu 37,5%, depois que nós passamos pela África do Sul. E todo mundo sabe o que acontece na nossa relação com a Índia, na nossa relação com a China. E todo mundo sabe, concretamente, que nós não queremos que alguém pense que queremos brigar com os Estados Unidos ou com a União Européia, pelo contrário, queremos nos aproximar cada vez mais, porque esses países têm potencial para comprar e vender para nós. Agora, o que nós queremos é dizer para eles que nós gostamos de respeitar e de ser respeitados, que nós precisamos defender a indústria brasileira, que precisamos defender a agricultura brasileira e precisamos defender aquilo que é do nosso interesse.

Quando nós fomos a Cancún e compramos aquela briga para criar o G-20, não faltou editorial de jornais para dizer que nós tínhamos sido derrotados. E foi graças ao G-20 que nós conseguimos ganhar a questão do açúcar na OMC. Foi graças ao G-20 que nós conseguimos criar a questão do algodão na



OMC, quando governos passados tinham medo de entrar com processos na OMC, achando que era impossível ganhar uma proposta lá. Nós ganhamos e vamos ganhar muito mais coisa, porque nós temos direitos.

E eu também acredito, Governador, que nenhum interlocutor respeita outro interlocutor que não se respeite. Se nós quisermos ser respeitados, nós temos que nos respeitar. E foi assim que nós fizemos a nossa caravana pelo mundo. E ainda falta o Japão. Não é possível que a relação do Brasil com o Japão seja essa relação comercial pequena; o Japão, que há 20 ou 30 anos acreditava mais no Brasil.

Eu estive, agora, com o primeiro-ministro do Japão. Há 27 anos estávamos tentando exportar a nossa manga para o Japão, há 27 anos! Os japoneses não compravam a nossa manga dizendo que tinha o problema da mosca e que não poderiam comprar, achando que nós não tínhamos, aqui, um esquema fitossanitário adequado. Pois bem, o primeiro-ministro do Japão veio aqui, e a sobremesa foi manga. E como ele gostou da manga, eu falei: “então, primeiro-ministro, eu não sei porque o Japão teima em não comprar manga brasileira.” E ele disse: “a partir de agora, nós vamos comprar a manga brasileira”.

Da mesma forma que nós queremos que eles comprem a nossa carne, da mesma forma que nós queremos que eles comprem os produtos industriais que nós fabricamos. Da mesma forma que nós queremos que o Japão, ao introduzir nos seus automóveis, 3% de etanol na gasolina, que ele venha produzir aqui, no Brasil, o etanol da qualidade que eles entendem que deva produzir, porque nós temos tecnologia, temos mão-de-obra, temos terra, temos sol, temos o que eles bem desejarem, coisa que falta para eles, que têm muita tecnologia.

Então, essa complementaridade na nossa relação internacional é que está permitindo que a gente faça do comércio exterior uma política, uma estrada de duas mãos, ou seja, a gente não pode só vender, nós temos que



vender e temos que comprar porque, senão, nós afundamos os nossos parceiros.

É preciso que a gente tenha essa dimensão de comércio exterior. E eu acho que nós estamos vivendo um momento excepcional, nessa questão do comércio exterior, e pretendemos crescer ainda mais, e crescer para o bem do nosso querido país.

Quero dizer que nós tomamos algumas atitudes que foram muito importantes. Primeiro, a política tributária, tema sempre muito difícil neste país, porque cada um de nós tem uma política tributária na cabeça: o presidente tem uma, cada ministro tem uma, cada governador tem uma, cada empresário tem uma, o comércio uma, a indústria outra, mesmo aqui, no comércio, deve ter umas cinquenta, se juntarmos 40, teremos 50 posições diferenciadas, tem sempre esse problema.

Que atitude nós tomamos? A primeira coisa que nós fizemos foi juntar os 27 governadores de estado e tentar estabelecer um padrão mínimo possível de política tributária. Fizemos e demos entrada no Congresso Nacional.

Acontece que nós temos que respeitar o Congresso Nacional, porque é a representação democrática da sociedade, e não depende de a gente gostar ou não do que eles votam, depende do fato de que a maioria vota, aprova, transforma em lei e nós temos que cumpri-la.

Nós temos um problema na política tributária, que é uma questão, alguns governadores que querem continuar fazendo a guerra fiscal, que não querem aprovar a reforma tributária pertinente aos estados.

Eu, depois das eleições, deverei chamar os governadores que não querem a guerra fiscal – o governador Requião é um – para que a gente possa convencer os demais a fazer uma política justa, onde não fiquem estados oferecendo o que não oferecem nem para o seu povo, para que uma empresa vá para o seu estado. Eu acho que logo depois das eleições, nós vamos ter que estabelecer essa política.



Mais ainda: nós fizemos a reforma da Previdência. A reforma da Previdência é difícil fazer. E não é difícil fazer no Brasil, não. É difícil fazer no mundo, em qualquer país do mundo. Por quê? Porque você mexe com usos e costumes, você mexe com hábitos, você mexe com os direitos das pessoas.

Agora, se nós não levamos em conta a situação dos estados brasileiros, quase todos falidos – nós temos estados em que a folha de pagamento dos aposentados é maior do que a folha de pagamento da ativa. E esse estado pode agüentar um ano, dois anos, mas um dia quebra. Da mesma forma que a União não poderia continuar tendo déficit atrás de déficit. Nós fizemos um prognóstico para recuperar isso, em 15, 20 anos, para não ser uma coisa imediata.

Mas as pessoas não levam em conta que um país não pode ir para a frente se as pessoas vivem, os aposentados, recebendo mais do que contribuíram na ativa. A longevidade brasileira, hoje, aumentou muito. Nós tivemos uma média de idade de 42 anos. Quando foi criada a Previdência não era nem de 50 anos. Hoje, é de 70 anos, a idade que vive o povo brasileiro. Então, de tempos em tempos, ela vai ter que se ajustar, por conta dos estados, por conta das prefeituras, por conta da União e por conta de todo mundo, dos empresários.

Não é possível que a gente não tenha em conta que, de vez em quando, nós temos que fazer um ajuste porque, senão, nós quebraremos todo o sistema previdenciário do país e do mundo.

Agora, para fazer isso, é preciso um pouco de coragem, de vontade política, de não pensar apenas na próxima eleição, mas pensar, definitivamente, na nação. E é muito difícil você ter político, no Brasil, que não pense apenas na próxima eleição. E um dos problemas do Brasil, é que o Brasil é pensado apenas de quatro em quatro anos. Este país tem que ser pensado para 30 anos, para 20 anos, tem que ser pensado a longo prazo. Isso



é como uma escada, quem é da construção sabe, ou seja, nós temos que construir degrau por degrau, senão nós não construiremos.

E eu estou tão convencido disso que acho que a reforma da Previdência, com os problemas de disputa, mas eu tinha consciência de como era difícil fazer e conseguimos fazer, até em tempo recorde. Obviamente que você nunca faz do jeito que você acha que seria perfeito. Mas a sua perfeição, ela deixa de ser perfeição quando os outros entendem que você não é perfeito.

Bem, depois que nós fizemos as duas reformas, eu me lembro do pessimismo de alguns, de que a situação do país não ia dar certo, de que este país ia quebrar. E, desde julho do ano passado, eu venho dizendo: a economia começou a crescer; a indústria começou a se recuperar; as coisas estão acontecendo.

Acontece que tanto para cair quanto para crescer, você não sente no dia, nem sente no mês. Às vezes, o investimento que você faz hoje começa a produzir efeitos dois anos depois, um ano e meio depois. Isso vale para qualquer coisa que nós façamos. E nós, com a consciência de que as coisas estavam andando.

Hoje, nós estamos colhendo os melhores resultados da economia brasileira de muito tempo. Aliás, a CNI, a Confederação Nacional das Indústrias, na sua última pesquisa, demonstra que a economia brasileira e a indústria estão crescendo mais do que nos melhores momentos do Real. Isso não foi dito por nenhum sindicalista operário, isso foi dito pela pesquisa da CNI.

E vocês vão perceber que vai ter dados mais promissores ainda, neste mês e no mês que vem. Por quê? Porque nós estamos trabalhando com a perspectiva de ter uma economia com um novo ciclo de crescimento, e não com crescimento em um ano e decréscimo no outro ano. Não! Nós queremos ter um ciclo de 10, 15 ou 20 anos de crescimento, e não é preciso crescer 7%, 8% não, que cresça menos, mas que cresça sistematicamente, para que todo mundo possa se planejar. É com essa idéia que eu trabalho.



Gostaria de pedir um favor aos empresários: obviamente que o governo tem culpa, porque os preços controlados são da responsabilidade, não do governo, mas das agências que marcam preços. Nós temos preços de commodities sobre os quais nós não temos controle. A Petrobrás pode atingir a sua auto-suficiência, mas o petróleo não vai baixar porque é commodity, é preço internacional. A Petrobrás não é uma empresa do Estado brasileiro, ela tem acionistas, portanto, o preço vai continuar.

Agora, tem outras coisas que provocam a inflação. Eu tive uma reunião com a indústria automobilística esta semana. O aço aumentou 60% para uma inflação 10 vezes menos que isso. Por quê? Porque é preço internacional.

Então, eu gostaria que vocês, empresários, ajudassem nesse sentido. Eu acho importante os empresários ficarem atentos à taxa de juros, eu acho importante os empresários ficarem atentos à tributação, eu acho importante os empresários ficarem atentos à política de combate à fome, como tem muita gente sendo solidária nas políticas sociais do governo.

Mas, de vez em quando, é preciso dizer: “Olha, companheiro, você está remarcando demais o seu preço. Você pode ganhar um tiquinho menos esse mês e deixar para ganhar vendendo mais. Não vamos tentar repassar para o produto, num único mês ou num único semestre, aquilo que a gente pode repassar num ano. Vamos ter paciência”.

A verdade nua e crua é que tem muita gente que não tem paciência. Tem muita gente que acha que pode remarcar o preço quando o povo começa a comprar: “vamos logo remarcar o preço.” Isso é um erro. E o pequeno comerciante é quem paga o preço, o povo paga mais o preço, por quê? Porque o empresário, que tem o poder de produção, vai exigir que o mercado...

Eu me lembro do tempo em que houve o Plano Cruzado, que tabelaram a Coca-Cola e outros refrigerantes, e simplesmente o caminhão não ia no bar entregar. Então, o cara falava: “Bom, ela está barata mas eu não tenho, porque eu não consigo comprar, o caminhão não me entrega”.



O que nós precisamos? Precisamos de uma política de parceria, em que todos nós façamos a boa cumplicidade. Eu digo sempre que o Brasil precisa de uma chance. O Brasil precisa acreditar em si. Essa campanha de auto-estima que está na televisão é, um pouco, para mexer com aquilo que nós temos de mais sagrado.

Durante muito tempo, embora a gente tivesse conquistado a nossa independência há muito, a verdade é que a cabeça intelectual brasileira era colonizada, do ponto de vista político. E a gente não acreditava em nós mesmos, ou seja, sempre achávamos que éramos os “coitadinhos”.

Hoje, este país é muito grande. Este país exporta soja, e não é só soja, não, este país exporta avião, exporta produtos de alta tecnologia, este país é competitivo em muitas coisas. Nós temos vantagens comparativas que outros países não têm. Qual é o país que tem, hoje, a capacidade de competir com o Brasil, no agronegócio? Qual é o país que tem condições de competir conosco na produção de máquinas agrícolas?

Hoje, quando importamos tecnologia da China para fazer lançamento de foguete, ao mesmo tempo nós os ensinamos a produzir aviões, com a Embraer. Qual é o país que tem o poder de ter um carro que, ao mesmo tempo, usa etanol, gasolina e gás?

Este país pode ensinar a muitos outros países essas coisas que nós temos e que são competitivas. O que nós não podemos é tentar competir onde não somos competitivos. Mas tem várias áreas em que nós podemos.

Eu telefonei para o presidente Putin, esses dias, para lhe dar os parabéns porque ele mandou ao Congresso o Protocolo de Kyoto.

O Protocolo de Kyoto é um grande acordo ambientalista em que os Estados Unidos estava lá, mas não é signatário hoje, não quer aprovar, porque teria que usar etanol. E porque não compra o etanol nosso? Porque produz etanol do milho e, para produzir um litro de álcool, eles gastam três quilos de milho e o álcool sai muito mais caro do que o nosso, quando o milho deveria



ser utilizado para alimentar os nossos porcos, nossas galinhas, e produzir de cana-de-açúcar, aqui, no Brasil mesmo.

Então, é esse tipo de discussão que nós entendemos que o Brasil precisa fazer daqui para frente. E a gente trabalhar, com muito carinho, uma definição do que nós queremos. E temos trabalhado juntos.

Vou tomar algumas medidas, aqui, que não foram tomadas sozinhas pelo governo. Eu não sei se alguém, aqui, participou. Nós vamos ver algumas medidas que nós tomamos e eu trouxe uma seqüência delas, porque nem sempre elas têm o destaque que deveriam ter, mas eu vou dizer: medidas de desoneração tributária; estímulo ao investimento produtivo; desoneração dos bens de capital. O nome do programa foi lançado em Brasília, com a participação de muitos empresários, chamado: Programa Invista Já. A política, ela desonerou, a desoneração de bens de capital, desde o início do ano, com a redução de 5% para 3,5% da alíquota do IPI incidente sobre esses bens e que tem como objetivo a desoneração total até o final de 2006. Quem esteve lá sabe que nós temos um compromisso de, até 2006, zerar a questão do IPI em bens de capital.

Segundo, nós antecipamos, porque tinha sido de 3,5, e nós antecipamos para 2%, ainda este ano, nós adiantamos um ano para ver se no ano que vem nós terminamos essa desoneração dos bens de capitais.

Desoneração dos bens de capitais, mediante redução do prazo para o aproveitamento de crédito do PIS e da Confins: permite às empresas aproveitarem o crédito do PIS/Confins decorrente de aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos incidentes sobre os referidos bens, adquiridos a partir de 1º de outubro de 2004, mediante a redução do prazo para 48 meses. No caso das máquinas e equipamentos com redução de IPI, o prazo para aproveitamento do crédito do PIS/Confins será de 24 meses, antes o aproveitamento do crédito era realizado em até 10 anos.

Depreciação acelerada para bens de capital, a ser descontada na



contribuição social sobre o lucro líquido, o famoso CSLL. Pois bem, possibilita a utilização de créditos na apuração da CSLL, calculado à razão de 25% da depreciação de máquinas e equipamentos, aparelhos e instrumentos novos adquiridos até dia 1º de outubro. Pois bem, mandamos o projeto de lei para o Congresso Nacional e esperamos que, acabadas às eleições, o Congresso possa votar.

Em 1º de janeiro de 2004, o prazo de apuração e recolhimento do IPI passou de 10 em 10 dias para quinzenal e com a previsão de que, a partir de janeiro de 2005, nós passaremos para mensal. Essa é outra reivindicação da indústria brasileira.

Instituição de um regime tributário para incentivo à modernização e ampliação de estrutura portuária. Bem, nós tomamos, reduzimos IPI, Confins, PIS/Pasep, imposto de importação, no caso de equipamentos sem similares no Brasil, por quê? Porque nós determinamos 11 portos no Brasil onde nós vamos investir, entre este ano e o ano que vem, 276 milhões de reais, para que a gente possa, definitivamente, dormir tranquilo, porque nós vamos ter gargalos nos nossos portos e vamos poder exportar mais do que estamos exportando hoje. E nós precisamos mudar, desde o material humano dentro dos portos, até máquinas e equipamentos que precisam ser renovados.

Estímulo à formação de poupança de longo prazo. Redução das alíquotas sobre rendimentos auferidos em planos de previdência complementar com prazos de permanências maiores. A medida adotada possibilita, a partir de 1º de janeiro de 2005, a criação de novos planos de benefícios de caráter previdenciário e de seguro de vida com cláusula de sobrevivência sob um regime de tributação baseadas em alíquotas decrescentes no tempo. Os valores resgatados ou os benefícios pagos, cujo prazo de acumulação sejam igual ou inferior a dois anos, sujeita-se ao imposto de renda de uma alíquota de 35%. A alíquota aplicável decresce 5% a cada intervalo de dois anos, até atingir um mínimo de 10% para recursos com prazo de acumulação superior a



10 anos.

Vale ressaltar que as entidades de previdência complementar, a sociedade, as seguradoras e administradoras de fundos de aposentadoria programada individual mantêm a faculdade de criar a oferta e ofertar planos sobre as regras tributárias atualmente vigentes. Tal faculdade aplica-se, também, aos planos já em funcionamento.

Isenção de tributos sobre os planos de Previdência, na fase de acumulação. A medida prevê que no período de acumulação não haverá incidência de imposto de renda na fonte, traduzindo-se em mais um incentivo à formação de poupança previdenciária de longo prazo, a exemplo do que já se verifica em outros países. Isso é para alavancar a sua rentabilidade.

Instituição da conta-investimento. Atendendo a uma antiga reivindicação do setor, de reduzir custos e contribuir para uma maior eficiência na alocação de recursos na economia, entrou em vigor, a partir de outubro de 2004, a conta corrente de depósito para investimento, que permite a movimentação de recurso entre as diversas modalidades de investimentos integrados a essa conta, sem o custo da CPMF. Tal medida permite maior flexibilidade para os investidores, que poderão buscar maior rentabilidade para as suas aplicações.

Modificação do tratamento tributário para aplicações financeiras, inclusive com redução de 20% para 15%, nas aplicações em Bolsa, para incentivar as aplicações financeiras de médio e longo prazo.

Eu estou apenas querendo ilustrar aqui, meu caro Presidente, a quantidade de medidas. Foram, ao todo, 19 medidas anunciadas, até o mês passado.

Ampliação do prazo de incidência do Imposto de Renda nos fundos de investimentos financeiros de renda mensal para semestral. Estímulo ao agronegócio, com repercussões no âmbito social. Alíquota zero para PIS/COFINS, para hortifrutigranjeiros – feijão, arroz, ovos e farinha de mandioca. Alíquota zero para o PIS/COFINS para adubos, fertilizantes,



defensivos, sementes e vacinas de uso veterinário. Concessão de crédito presumido de PIS/COFINS para a agroindústria, inclusive cooperativas de produção e vinicultores, em relação às aquisições dos insumos adquiridos de pessoas físicas, com impacto positivo nos preços de alimentos. Isenção de contribuição social sobre o lucro líquido para as cooperativas.

Estímulo à construção civil. Aqui vai um conjunto de medidas para a construção civil. Eu estou vendo alguns empresários da construção civil, aí, e muitos deles participaram da elaboração desse projeto.

Patrimônio de afetação, mecanismo jurídico que protege os adquirentes de imóveis e os agentes financeiros de riscos decorrentes de má gestão, por parte do construtor. Nesse sentido foi, inclusive, instituído o regime tributário especial e simplificado, no qual fica assegurada a preservação do patrimônio mediante pagamento dos tributos federais a um percentual correspondente de 7% das receitas do empreendimento imobiliário. Todo mundo sabe que isso cria um clima muito positivo no setor.

Ampliação da isenção tributária existente sobre as letras hipotecárias. Redução da alíquota do IOF incidente sobre operações de seguro de vida. Tem mais. Aqui foi num acordo com os dirigentes sindicais, que foi a redução em 100 reais na base de cálculo do Imposto de Renda.

Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica na contribuição sobre o lucro líquido do PIS/COFINS para universidades, em troca de bolsas para estudantes carentes.

Estímulo ao micro e pequeno empresário. Concessão de parcelamento em até 60 meses, para débitos de empresas optantes pelo SIMPLES. E a última medida que anunciamos foi um projeto de lei complementar, e, aí, nós não pegamos as empresas que estavam no SIMPLES, nós pegamos a chamada microempresa, que está na economia informal, por este país afora, ou seja, é um projeto de lei que concede tratamento tributário, previdenciário e trabalhista especial aos empresários com receita bruta anual de 36 mil, é o



microempreendedorismo, projeto para a empresa, enviado ao Congresso, que prevê a contribuição de 1,5% do faturamento à Previdência, e zero para a Receita Federal. Esse é o tipo de imposto que a Receita Federal não vai receber nada, apenas 1,5% para pagar a Previdência.

Da mesma forma que nós adotamos medidas para resolver o problema das empresas de turismo no Brasil, porque o turismo é, efetivamente, uma das grandes fontes de crescimento da nossa economia. Nós temos dinheiro do Banco Mundial para o Prodetur, os governos de estado, normalmente os do Nordeste, não têm a contrapartida. O governo federal resolveu assumir a parte que era dos governos estaduais, para que a gente pudesse colocar 160 milhões de reais, e fazer com que o Prodetur possa cumprir com as suas funções.

E, para terminar, eu queria dizer para vocês que, certamente, nós ainda teremos muita coisa a fazer, muitas mudanças a fazer. Possivelmente teremos muitos ajustes a fazer na questão tributária, porque o desejo de vocês, o meu desejo e, eu não tenho dúvida nenhuma, o desejo do governo, é fazer com que a gente arrecade sempre mais, mas não de uma minoria, arrecade muito mais de uma base infinitamente maior que passe a pagar, porque aí, certamente, vai reduzir os impostos neste país.

Esse é um desejo que vai ser trabalhado, que vai ser levado em conta nem todas as reuniões com os tantos grupos que vamos criar. E eu já estou aqui pensando na convocação da primeira reunião de todos os presidentes de federações de comércio dos estados brasileiros, para que a gente comece a discutir, como estamos discutindo com as indústrias. Quem participou da discussão com as indústrias sabe que não tem tema proibido, não tem assunto que não possa ser discutido. O nós queremos é que vocês sejam bem informados das coisas que nós fazemos e que vocês nos informem, também, das coisas que nós não fazemos.

O dado concreto e objetivo é que eu poderia dizer para vocês o



seguinte: estejam certos de uma coisa, nós vamos continuar a crescer. Esse ano, os pessimistas, no começo de janeiro, diziam: “a economia vai crescer 3%, vai crescer 2,5%, vai crescer 2 e não sei quanto.” Hoje, os pessimistas já estão dizendo: “não, pode ultrapassar 4,5%, pode chegar a 4,8%” e já tem alguns otimistas achando que vai chegar a 5. Para mim não importa que seja 4,5 ou 5, ou 4,5 ou 4. O que importa é que a gente tenha plantado uma base sólida para que no ano que vem a gente possa crescer mais 4 ou mais 5; em 2006, mais 4 ou mais 5; em 2007, mais 4 ou mais 5 e que a gente não pare de crescer, porque nós temos que recuperar algumas coisas que neste país viraram sofisma, viraram chavões.

Eu me lembro que o Dr. Ulysses Guimarães era candidato a presidente da República, em 1989. Ele trabalhava com números, que era o seguinte: nós temos um déficit habitacional de 6 milhões e meio de casa. E, passados 15 anos, nós, ainda hoje, trabalhamos com o número de um déficit de 6 milhões e meio de casas. Significa – e quem é da construção civil sabe – que o Brasil está em dívida com a construção de casas, sobretudo, para a parte pobre da população, porque 93% dessas pessoas estão entre aqueles que ganham de 0 a 3 salários mínimos, portanto, é casa em que as pessoas não podem nem pagar e tem que ser casa com uma função social muito grande e o governo vai ter que subsidiar uma parte, senão essa gente não poderá pagar uma prestação.

Mais ainda, no ano de 2004, nós começamos a pensar muito no ano de 2005. Uma pena que o projeto de PPP ainda não tenha passado no Senado, ou melhor, não passou no Senado ainda e nós estamos torcendo para que seja votado, para que a gente possa fazer a boa provocação do debate com os empresários; para que a gente possa construir as parcerias necessárias. Nós estamos convencidos que algumas coisas que vão ser feitas no ano que vem, que já estão sendo planejadas agora, podem dar ao Brasil uma certa dimensão de crescimento sustentável como há muito tempo nós não tínhamos.



Por exemplo, na questão da energia elétrica, nós sabemos que esse é um setor com o qual a gente não pode brincar, não pode vacilar. É um problema sério e um problema que nunca foi levado a sério, Governador. Este é um dado importante porque no Brasil nunca se discutiu o assunto muito a sério. O mesmo estado que permite a construção é o mesmo estado que proíbe, ou seja, é o estado que diz que pode construir, é o estado que diz que não pode construir. Por quê? Porque na medida em que você utiliza, a democracia é levada à sua plenitude. Hoje, o Ibama nacional pode dar uma autorização, uma licença prévia, mas o Ibama estadual pode não dar.

O Ibama estadual e o Ibama federal podem dar a licença, mas o Ministério Público estadual pode não dar ou pode entrar com um processo embargando a obra. Às vezes o Ministério Público estadual concorda, o Ministério Público Federal não concorda, ou seja, tem muita gente opinando sobre a mesma coisa.

Nós montamos um grupo de trabalho para desobstruir 17 hidrelétricas este ano. Era um trabalho imenso que envolveu Ibama, a Ministra do Meio Ambiente, que envolveu o Ministro dos Transportes, que envolveu a Ministra de Minas e Energia, e porque é difícil? Porque o mesmo fiscal do Ibama, que tem a responsabilidade de dar a assinatura pelo licenciamento prévio, é o mesmo fiscal que é vítima de um artigo que diz o seguinte: se ele der um licenciamento prévio irregular, vai ser condenado, vai ser julgado, vai ser processado, então, o cidadão acha que fica mais fácil não dar, porque ele vai ser punido, tem que contratar advogado, a justiça vai segurar os seus bens, então ele não faz.

Agora mesmo eu fui obrigado a vetar um artigo de lei que dizia o seguinte: para calamidade pública, o servidor que emprestar o dinheiro e este dinheiro for interpretado como mal aplicado, esse servidor será condenado a uma multa não sei de quanto e terá seus bens penhorados. O cidadão simplesmente não dá. Eu joga tanta carga de responsabilidade nas costas dele – já tem o código civil, o código penal, já tem um tanto de coisas para puni-lo –



e quando eu coloco mais um, ele simplesmente não faz.

Nós estamos trabalhando como nunca se trabalhou neste país, para que a gente possa fazer a rodovia que tem que fazer. Quem é da construção civil aqui sabe que para a gente fazer uma estrada que está deteriorada, para a gente fazer essa estrada nova – nós vamos anunciar amanhã o fim disso – você precisava, praticamente, tirar uma nova licença prévia, discutir todo o impacto ambiental, porque há 50 anos atrás não tinham feito. Se você quiser refazer a Belém-Brasília você precisa ir atrás de um outro licenciamento. Assim, efetivamente, é complicado. E da mesma forma que estamos trabalhando todos os projetos de hidrelétrica no Brasil, estamos trabalhando os projetos de estradas, a 163 era considerada insolúvel. Nós montamos uma equipe com cinco ministros, mais o governador e o secretário, e essa estrada vai sair, da forma mais ordenada possível, porque não nos interessa uma estrada que seja predatória em torno dela, numa região delicada do Brasil. Da mesma forma que nós vamos, finalmente, terminar a BR-116. E, agora, no final deste mês, vou assinar a ordem de serviço da BR-101, que vai de Florianópolis a Osório. Vamos começar a construção da BR-101, no nordeste brasileiro, de Natal até a Bahia. Vamos fazer pelo menos os três primeiros trechos: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Vamos, finalmente, fazer a revitalização das águas do Rio São Francisco para levar água a uma parcela imensa da população brasileira, para terem água para beber, água potável.

Vamos, se Deus quiser, esse é um grande projeto, que é o projeto do biodiesel da mamona, sobretudo, para que a gente possa desenvolver a parte mais pobre do semi-árido nordestino e a parte mais pobre do estado de Minas Gerais, que é o Vale do Jequitinhonha.

Além disso, nós estamos em fase final de estudo de todas as ferrovias brasileiras. Nós estamos discutindo todos os gargalos. Praticamente todas as empresas que fizeram concessão, quase todas estão quebradas. Esse é um



dado inusitado, ou seja, quase todas não pagam sequer o que teriam que pagar ao governo. Nós estamos chamando as empresas para conversar, chamando o BNDES, chamando outros empresários para conversar, porque nós precisamos terminar. Eu que fui muito crítico da ferrovia Norte-Sul, em 1986, na época da Constituinte, hoje digo que nós vamos ter que terminar a ferrovia Norte-Sul, porque a produção de grãos naquele trecho do país está crescendo de forma excepcional e nós precisamos exportá-los.

Nós vamos começar, ano que vem, também, a ferrovia Transnordestina, pelo menos um pedaço. Uma rodovia que está praticamente desativada. Nós vamos fazer o entorno do estado de Minas Gerais, porque temos que levar pela Serra do Tigre até o posto de Tubarão, para facilitar o escoamento da nossa produção.

Da mesma forma que vamos ter que mexer no Rodoanel que vai até o porto de Santos. Eu pensei que isso era uma coisa mais fácil de resolver, mas duas empresas, cada uma tem uma concessão, e quando faltam 16 km para chegar no porto de Santos, as duas não se entendem. Então, uma carga que poderia chegar rápido lá, às vezes fica 48 horas parada.

Nós vamos fazer isso, porque precisamos colocar este país para funcionar. E nós não podemos chegar no ano que vem e ficar com o mesmo sofrimento por conta de infra-estrutura.

Nós, este ano, decidimos restaurar 7 mil e 800 km de estradas. Restaurar significa fazer estrada nova. Não é apenas tapar buraco. Pretendemos, no ano que vem, fazer um pouco mais, para ver se no último ano de mandato a gente consegue restaurar pelo menos 80% das estradas brasileiras. O que é lamentável, porque o Brasil que tem uma malha viária de praticamente 58 mil km, com raras exceções de alguns estados brasileiros, não teve sequer capacidade de fazer a manutenção. Ninguém exigia que fizessem uma nova, mas pelo menos que não deixassem estragar aquelas que já estavam prontas, ou seja, todo mundo sabe as deficiências que nós



precisamos, é por isso que nós precisamos do PPP aprovado, é por isso que em algumas estradas nós vamos ter que fazer a concessão.

Finalmente, nós vamos inaugurar a BR-281, a famosa Fernão Dias, ligando Minas Gerais a São Paulo e Rio de Janeiro e o resto do país, que são estradas que já estão paradas há 14 anos, 12 anos, e não é possível mais convivermos com isso.

Além disso, uma forte política social. Eu queria lembrar a vocês que no estado do Paraná, na safra 2003/2004 para a agricultura familiar, o governo federal emprestou 47% a mais de dinheiro e realizou 27% a mais de contratos, porque o Pronaf era uma coisa do sul do país mas, sobretudo, do estado do Rio Grande do Sul e uma parte de Santa Catarina. Pela primeira vez nós conseguimos nacionalizar o Pronaf e fazer com que o dinheiro chegasse no Acre, com que chegasse no Chuí, da mesma forma que chega no Oiapoque. Por quê? Porque até o gerente do Banco do Brasil tinham desaprendido a emprestar dinheiro para pequeno. Esse é um dado concreto.

E nós criamos um seguro agrícola, agora, para os pequenos, que é inusitado. Antes, as pessoas tomavam o dinheiro emprestado, faziam o seguro, o seguro pagava 70%. Agora não. Agora, ele vai tomar o dinheiro emprestado, e o seguro, além de pagar 100% em caso de perda da sua produção, ele ainda vai ter 65% de dinheiro em função do que ele imaginava colher. Se ele imaginava ganhar 3 mil reais com o resultado da sua produção e tivesse tomado 3 mil reais emprestados, além do seguro cobrir os 3 mil que ele tomou emprestado, vai dar para ele 65% do lucro presumido, para que possa recomeçar a sua vida.

Além disso, uma última coisa, para terminar: a assistência técnica. Possivelmente, aqui, no estado do Paraná, este não seja ou não tem sido um problema. Mas, no Brasil, apenas 3%, no Norte e Nordeste, tinham, na agricultura familiar, algum tipo de assistência técnica.

Agora, nós chegaremos ao final do ano com quase 90% da agricultura



familiar tendo algum tipo de assistência técnica. Por quê? Porque estamos inculcando na cabeça dessas pessoas que quanto mais conhecimentos elas tiverem, mais poderão melhorar os produtos que vão produzir e mais dinheiro vão poder ganhar.

E é com essa certeza, tentando cuidar do pequeno, além do Bolsa Família, que eu, de vez em quando, vejo algumas pessoas criticarem, mas que atenderá este ano a 6 milhões e meio de famílias. No ano que vem, 8 milhões e 700 mil famílias e, se forem verdade os dados do IBGE, que tem 11 milhões de famílias pobres no Brasil, nós iremos atender a 11 milhões de famílias até dezembro de 2006.

Obviamente, todo mundo sabe, eu pensei que Requião ia falar, mas foi criada, finalmente, uma reivindicação histórica deste estado, aqui, que é a Universidade do Litoral, ou seja, uma extensão da Universidade Federal para o estado do Paraná, da mesma forma que fizemos para outras regiões. Por exemplo, a Universidade Rural de Pernambuco estava em Recife, nós estamos levando uma extensão para a parte mais pobre do interior. A Universidade Federal de Minas Gerais está em Belo Horizonte, nós estamos levando uma extensão para Teófilo Otoni, que é uma das regiões mais pobres de Minas Gerais.

Então, já que o povo não pode ir até a faculdade, nós vamos levar a faculdade até o povo. Vai ficar mais fácil, mais barato e vai ajudar essas pessoas.

Com o projeto Universidade para Todos, nós pretendemos incluir, no próximo ano, 60 mil novos jovens na universidade brasileira, gratuitamente. Da mesma forma que nós, agora, estamos preocupados. Nós temos um déficit de professores, nós autorizamos um concurso para 3 mil e 500 professores: dois mil e quinhentos agora, e mil a partir de março do ano que vem. E ainda assim não conseguiremos atender à demanda de 5 mil professores que se aposentaram nos últimos anos.



Uma preocupação que deve ser minha e de vocês, empresários, é a formação profissional. Nós estamos percebendo um fenômeno bom no Brasil. Qual é o fenômeno bom? É que o crescimento econômico e a geração de empregos não está se dando mais nas capitais ou nas grandes regiões metropolitanas; dois terços desses empregos que eu disse, de carteira profissional assinada, estão se dando exatamente nas cidades do interior. E muitas atividades econômicas, hoje, não têm formação profissional.

Então, eu penso que é uma responsabilidade de todos nós. Nós vamos cumprir com a nossa parte, mas trabalhar intensamente a formação profissional. Foi com esse objetivo que há 15 anos o exército brasileiro não convocava cem mil recrutas. Nós convocamos, este ano, 30 mil recrutas a mais, com o único objetivo de formá-los profissionalmente e depois de um ano reintroduzí-los no mercado de trabalho com mais possibilidade de fazer as coisas.

E, por último, quem viajar pelo Brasil vai perceber que em cada estado onde vocês chegarem, tem um aeroporto novo, praticamente construído, porque não adianta nada a gente falar do turismo e depois não dar as condições para isso funcionar.

Quem for a São Paulo vai perceber que o aeroporto de São Paulo ganhou dignidade; quem for a Viracopos vai perceber que o aeroporto de Viracopos ganhou densidade para exportação; quem for a Recife vai perceber o melhor aeroporto do Nordeste brasileiro; quem for a Navegantes, aqui, vai perceber que o aeroporto virou internacional e, finalmente, hoje, já pode até exportar se quiser. Quem for a Goiânia vai perceber um novo aeroporto; quem for a Brasília vai perceber um novo aeroporto, quem for a Maceió vai perceber um novo aeroporto. E é este Brasil, é este país, com a cara boa, com otimismo e com muita vontade que a gente vai ter que criar daqui para a frente.

Eu não acredito que seja possível construir uma nação se a gente ficar vendendo pessimismo 24 horas por dia, até porque quem acorda de mau



humor e vendendo pessimismo não vai muito para a frente, ou seja, nós temos que mostrar que nós acreditamos em nós. É por isso que eu ganhei as eleições, tomei posse e vocês não viram eu ficar remoendo e fazendo críticas ao outro presidente. Ele fez a parte dele, passou, foi eleito, cumpriu com o seu mandato. Eu tenho que cumprir com a minha parte. Quando eu sair, que venha outro que faça melhor. E quando sair o outro, que venha outro que faça melhor. O que nós precisamos é não perder nunca o direito de poder dizer em cada canto onde a gente vai: eu posso não ter feito tudo, mas eu fiz o máximo que era possível fazer, com a maior participação que era possível fazer.

E quero dizer, aqui, ao presidente da Associação Comercial, que o companheiro Vanhoni, o nosso candidato a prefeito, não está aqui, porque eu pedi para ele não vir. Eu sei que a associação convidou os dois candidatos concorrentes, fiquei sabendo que o Beto Richa não vinha, então, vou ligar para o Vanhoni e pedir para ele não vir, porque senão ia aparecer um engraçadinho e dizer que a Associação Comercial estava fazendo a campanha de um candidato. Aliás, aquilo que você me falou é uma coisa boa, a Associação Comercial, ela tem que fazer debate político mesmo, ou seja, não tem coisa pior do que você ver uma cara dizer: “Eu não sou político, eu sou apolítico.” Primeiro, não tem ninguém que não seja político. A nossa primeira atitude de político é quando a gente nasce, e a gente chora. É o primeiro protesto nosso.

Aqui tem alguns empresários que me conhecem há mais tempo e sabem que, de vez em quando, eu brinco com eles. Eu estou cheio de ver empresário dizer: “Não sou político, não gosto de política, não sei das quantas, tal.” Mas você vai perceber que ele apoiou, muitas vezes, políticos que ele não devia apoiar, por falta de transparência. Então, é melhor a transparência, é melhor dizer: “Eu fiz isso porque acredito nisso” e assumir responsabilidades, do que dizer que não participa e, na hora de financiar a campanha, financiar a campanha de quem não merece financiamento, porque um dia Requião, se Deus quiser, nós vamos acabar com o financiamento privado de campanha.



Ele vai ter que ser público, para a gente poder moralizar as eleições no nosso país.

Quero agradecer o carinho com que eu fui tratado aqui. Dizer para vocês que eu, depois de vir à Associação Comercial, vou assumir o compromisso de criar, da mesma forma que eu criei na indústria um grupo de trabalho. Chamar os presidentes das federações para que a gente comece, através desses debates, a resolver os problemas que tem no mundo do comércio no nosso país.

Muito obrigado a vocês, muito obrigado à imprensa. E espero ser convidado outra vez.